Educação e trabalho – parte 1

Prof. José Roberto Paludo

• Doutor em Sociologia Política pela UFSC
Professor Permanente do Mestrado em Práticas Transculturais UNIFACVEST

No nascedouro da escola grega haviam duas variantes sobre o papel da escola: uma escola como "extensão da família", especialmente nos aspectos de reprodução dos valores como a autoridade, a hierarquia e a disciplina; e, outra que a escola deve funcionar na lógica do mercado de trabalho baseado na meritocracia (MASSCHELEIN e SIMONS, 2015). Essa dicotomia foi resolvida pelo iluminismo e a revolução burguesa, transformando a escola na "imagem e semelhança" da família e da fábrica.

As origens da relação entre o trabalho e a escola tiveram pelo menos três correntes distintas: um programa de ensino com disciplinas e conteúdos desordenados, mas com a prática do trabalho manual, que resultou a criação das "oficinas-escolas"; a segunda corrente, tomou o trabalho manual como central e adaptou-o ao programa de ensino, o que resultou nos sistemas técnicos; e a mais radical, considerando a educação como um problema moral do trabalho, portanto, seria preciso ensinar o amor e a estima pelo trabalho em geral, pois o trabalho eleva o homem, lhe traz alegria e enobrece (PISTRAK, 2000).

No Brasil a formação para o trabalho começou com os primeiros aprendizes de ofícios, índios e escravos, depois, o Colégio das Fábricas e a Escola de Belas-Artes que articulava ciências e desenho para formação de ofícios mecânicos (PILETTI e ROSSATO, 2010). A partir de 1937 se instituiu a Lei Orgânica do Ensino Profissional, e em 1940 a criação do Sistema "S" (SENAI; SENAC e SESI); em 1942 transformou-se as Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, oferecendo formação profissional em nível secundário. Na primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) em 1961, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, que ganharam autonomia didática e de gestão. Na nova LDB em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, passou-se a tratar o ensino profissional separado da educação básica e proibiu-se a expansão das escolas técnicas federais sem garantia de manutenção por parte de outras esferas públicas ou privadas, o que mudou em 2004, no governo do Presidente Lula, que através do Decreto 5.154/2004, retomou o conceito de integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio geral e iniciou a expansão da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades (MEC, 2009). Em 2016, Michel Temer aprovou a MP 746, do Ensino Médio Inovador, onde os estudantes devem optar entre cinco áreas do conhecimento dentre as quais uma delas é a educação técnica-profissionalizante.